

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

Capítulo 1

A CLÁUSULA DE ABERTURA E A INESGOTABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	29
--	----

1.1. A constante evolução dos direitos fundamentais e a necessária abertura material da Constituição.....	29
1.1.1. As Declarações de Direitos	31
1.1.2. Os direitos humanos internacionais e os direitos fundamentais constitucionais	40
1.1.2.1. A Segunda Guerra Mundial e as atrocidades contra os seres humanos.....	41
1.1.2.2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	44
1.1.2.3. As Constituições do Pós-Guerra e as Declarações de Direitos Fundamentais do Homem.....	48
1.1.3. Os direitos fundamentais do homem como direitos históricos: uma história sem fim	53
1.1.4. A inesgotabilidade dos direitos fundamentais, a necessária cláusula de abertura e os direitos fundamentais atípicos.....	58
1.2. Evolução da cláusula de abertura a novos direitos fundamentais no âmbito do constitucionalismo brasileiro	69
1.3. A cláusula de abertura a novos direitos fundamentais no constitucionalismo estrangeiro.....	84
1.3.1. A cláusula de abertura a novos direitos fundamentais nos Estados Unidos da América do Norte.....	85

1.3.2. A cláusula de abertura a novos direitos fundamentais na Alemanha.....	93
1.3.3. A cláusula de abertura a novos direitos fundamentais em Portugal.....	97

Capítulo 2

A CLÁUSULA DE ABERTURA A NOVOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E AS FONTES CONSTITUCIONAIS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ATÍPICOS	105
2.1. O regime constitucional	109
2.1.1. O regime constitucional <i>lato sensu</i> : o sistema constitucional.....	111
2.1.2. O regime constitucional <i>stricto sensu</i> : o sistema de direitos fundamentais.....	126
2.2. Os princípios constitucionais.....	132
2.2.1. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.....	136
2.2.1.1. Os marcos fundamentais da dignidade da pessoa humana	139
2.2.1.2. As principais dimensões da dignidade da pessoa humana	148
2.2.1.3. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais (típicos e atípicos) na Constituição de 1988	157
2.3. Os tratados internacionais de direitos humanos.....	169
2.3.1. O Supremo Tribunal Federal e a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos.....	169
2.3.2. As correntes doutrinário-jurisprudenciais da hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil.....	177
2.3.3. A hierarquia constitucional material dos tratados internacionais de direitos humanos (art. 5º, § 2º) e a desnecessidade de incorporação formal (art. 5º, § 3º): argumentos em favor do princípio fundamental da prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II).....	190

2.3.4. O controle de convencionalidade e o princípio <i>pro homine</i> (prevalência da norma mais favorável à pessoa humana)	199
--	-----

Capítulo 3

DIREITOS FUNDAMENTAIS ATÍPICOS: POSSIBILIDADES CONSTITUCIONAIS DE CONSTRUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO....	213
---	------------

3.1. Os direitos fundamentais não enumerados: direitos fundamentais positivados expressamente na Constituição, mas fora do Título II	215
--	-----

3.2. Os direitos fundamentais implícitos: direitos fundamentais não positivados expressamente na Constituição, mas implicitamente nela contidos	226
---	-----

3.3. Os direitos fundamentais atípicos <i>stricto sensu</i> : direitos fundamentais decorrentes, exclusivamente, do regime e dos princípios adotados pela Constituição	244
--	-----

3.4. Os direitos humanos fundamentais: direitos fundamentais advindos dos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja signatário	259
--	-----

3.5. Os direitos fundamentais extravagantes: direitos fundamentais advindos exclusivamente da legislação infraconstitucional?	272
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	293
--------------------------	------------